

material rígido que tenha capacidade para comportar sacos plásticos de, no mínimo, 60 (sessenta) litros.

§ 1º – Fica a critério do órgão competente, através da fiscalização exigir numero maior de recipientes, em função do tamanho do veículo e/ou equipamento.

§ 2º – Só será permitida venda em veículos, quando os requisitos de higiene, salubridade, dimensões e estética sejam adequados ao objeto do comércio e, aos locais onde seus proprietários pretendam exercer a respectiva atividade.

Art. 30 – O pedido de licença de veículos ou sua renovação deverá ser feito à Secretaria de Receita, admitindo-se a concessão para o exercício da atividade de comércio e serviço ambulante, em horários e locais estabelecidos, conforme anuência da Secretaria de Planejamento e Orçamento Geral e, de Transportes e Trânsito, em requerimento instruído com os seguintes documentos:

I. prova da propriedade do veículo (DUT) emitido pela autoridade competente do Município, em nome do requerente (original e cópia);

II. Cédula de identidade, CPF (original e cópia);

III. Carteira de saúde (original e cópia);

IV. Comprovante de residência atualizado;

V. duas fotos 3 x 4;

VI. Ter o veículo mantido em perfeito estado de conservação e sido vistoriado previamente pela autoridade competente, não podendo ser utilizados: toldos, cadeiras e mesas que aumentem as dimensões da área de uso comercial, desde que respeitado a livre passagem de pedestre, com espaço mínimo de 1,50m (um metro e meio);

VII. O modelo de veículo, seja aprovado pela autoridade de trânsito competente, em nível municipal;

Art. 31 – Os tabuleiros, balcões ou bancadas utilizadas para a exposição de produtos alimentares deverão ser provenientes de material resistente e desmontáveis, com traços e sulcos, facilmente laváveis.

§ 1º – As dimensões dos tabuleiros devem cumprir o seguinte:

I – calçada entre 5m e 6m (cinco metros a seis metros), dimensão de 1m x 1,20m colocado a pelo menos 0,40cm do solo;

II – calçada entre 3m a 4m (três metros a quatro metros), dimensão de 0,60m x 1,00m colocado a pelo menos 0,40cm do solo;

§ 2º – Os tabuleiros, bancas e balcões, quando autorizados, deverão estar perfilados e alinhados, em relação ao meio fio e ao fronteiro, de forma a garantir a livre passagem de pedestres e o zelo pela estética urbana.

§ 3º – Os tabuleiros, bancas e balcões, quando autorizados, deverão ser pintados nas cores branca ou vermelha, ou revestidos por material plástico de mesmas cores.

Art. 32 – Fica expressamente proibida a instalação, de forma não removível, no logradouro público equipamento, veículo, barraca, tabuleiros, balcões, bancadas e outros.

§ 1º – O ambulante que descumprir o estabelecido no “caput” deste artigo, terá apreendido e removido do local tais bens.

§ 2º – Os bens, de que trata este artigo, serão removidos e depositados no pátio da Secretária de Transporte e Trânsito.

CAPÍTULO VII DA FISCALIZAÇÃO

Art. 29 – São atribuições da fiscalização de Posturas:

I. cumprir e fazer cumprir as normas constantes em lei, neste Decreto, e ordens emanadas pelos órgãos superiores;

II. Fiscalizar o exercício da atividade de comércio e prestação de serviços ambulantes, regulando e fisco nos logradouros públicos;

III. Efetuar visitas e vistorias de rotina, com intuito de coibir irregularidades praticadas principalmente naquelas que se refere ao disposto no Capítulo V, deste Decreto, que trata das multas.

CAPÍTULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 30 – Conforme o estabelecido no artigo 239, Capítulo II, Título VIII, comina com o Título II do Código de Posturas, os ambulantes nos logradouros públicos, quando irregulares, sujeitar-se-ão às seguintes penalidades:

I. aplicação de multa, no valor de 02 a 05 UFM (Unidade Fiscal do Município), convertida e reajustada na forma da legislação específica, dobrada em dobro na reincidência;

II. Interdição das atividades;

III. Apreensão de bens;

IV. Proibição de transacionar as repartições municipais, quando for o caso;

V. cassação de licença de funcionamento;

§ 1º – Fica a Secretaria de Receita, em relação às infrações, com aplicação de multa, no valor de 02 a 05 UFM (Unidade Fiscal do Município), autorizada a prever a classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, de acordo com as proibições constantes do artigo 27 deste Decreto.

§ 2º – As mercadorias apreendidas deverão ser relacionadas e constadas no respectivo auto de apreensão, onde deve constar imprerivelmente a assinatura do infrator.

Art. 31 – Todo o material apreendido pela fiscalização deverá ser acondicionado por servidor designado para tal, em saco apropriado, sendo este fechado por lacre e imediatamente recolhido às dependências de depósito, nas dependências da Prefeitura ou em local autorizado.

§ 1º – A responsabilidade pela inviolabilidade dos lacres durante o transporte das mercadorias até o depósito estabelecido para tal, é dos servidores que efetuarem essa operação, cabendo à Prefeitura, caso seja constatada qualquer violação ou outro tipo de irregularidade, adotar as providências visando à apuração de eventual responsabilidade dos servidores pela prática de atos ilícitos, com a consequente aplicação das penalidades cabíveis.

§ 2º – A devolução das mercadorias a seus proprietários será efetivada pelo setor competente da Prefeitura, mediante a apresentação da segunda parte do lacre e da nota fiscal da compra da mercadoria apreendida, na presença do fiscal que estiver de plantão, a quem caberá relacionar as mercadorias apreendidas, compará-las com aquelas descritas na nota fiscal e adotar as providências cabíveis.

§ 3º – No caso de apreensão de mercadoria perecível ou outra qualquer de interesse da Saúde Pública, será adotado o seguinte procedimento:

I. submetê-la à inspeção sanitária, pelos técnicos da Saúde Pública e, se constatada a deterioração ou qualquer outra irregularidade, dar-se-á destino adequado à mercadoria;

II. Cumprido o disposto no inciso anterior, em caso de não ser apurada irregularidade quanto ao estado da mercadoria, dar-se-á prazo de 1 (um) dia para ser retirada, desde que esteja em condições adequadas de conservação, expirado esse prazo, será a mercadoria doada às entidades de assistência social, sem fins lucrativos, regularmente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS.

Art. 32 – O laudo de avaliação de mercadorias apreendidas deverá indicar:

I. o estado de conservação das mercadorias;

II. No caso de brinquedos, se atendem às normas técnicas de segurança;

III. O tipo, a quantidade e o lote de cada mercadoria;

Art. 33 – Os produtos alimentícios que forem apreendidos deverão ser encaminhados à Secretaria de Ação Social, observando-se os requisitos impostos por este artigo.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo, quanto à doação, não se aplica às mercadorias deterioradas, danificadas, estragadas, com data de validade vencida, imprópria para o consumo, produzidas ou obtidas ilícitamente ou em desacordo com a lei ou as normas técnicas aplicáveis.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34 – A partir da data de publicação deste Decreto, fica expressamente proibido o exercício da atividade de comércio ou prestação de serviço ambulante, sem o devido licenciamento, no Município de Rondonópolis.

Art. 35 – Conforme disposto no inciso III, § 2º do art. 3º, cominado com Inciso IV do artigo 8º, deste Decreto, fica facultado ao Poder Executivo destinar de forma provisória, pelo prazo máximo de seis (06) meses, na Quadra 29 “B” (ao lado da antiga rodoviária) no Centro “A”, área específica para o exercício da atividade de comércio e serviço ambulante.

§ 1º – O exercício da atividade de comércio e serviço ambulante, na área especificada no “caput”, deste artigo, será ocupada pelos ambulantes, situados em Logradouros Públicos, da área central e outros, conforme determinação do Poder Público, em razão de notificação e cadastro anteriormente feitos.

§ 2º – Para ocupação da referida área, também será considerada a natureza, constituição e o tipo da atividade de comércio e serviço ambulante.

§ 3º – Durante o período determinado no “caput”, deste artigo, e também do estabelecido nos Parágrafos 1º e 2º os ambulantes que forem situados naquele espaço, deverão tomar medidas e/ou procedimentos necessários, em conformidade com a legislação pertinente, para se inserirem no mercado formal.

§ 4º – Depois de finalizado o prazo estabelecido no “caput”, deste artigo, os ambulantes que não cumprirem com o estabelecido no parágrafo anterior, terão suas licenças cassadas e seus objetos, mercadorias e/ou equipamentos apreendidos.

Art. 36 – Fica facultado ao Poder Executivo, cominados com os Incisos I, II e III, Parágrafo 2º do artigo 3º, cominado com os Incisos I e II do artigo 8º, deste Decreto, definir e estabelecer espaços específicos, em Logradouros Públicos, onde poderá ser exercida a atividade de comércio e serviço ambulante.

Parágrafo Único – A atividade de comércio e serviço ambulante, a que se refere o “caput” deste artigo, será exercida de acordo com dia, horário e local constante

na licença expedida cominado com os Incisos I e II do Parágrafo 1º, e Incisos I e II, Parágrafo 2º do artigo 3º, deste decreto.

Art. 37 – Fica autorizada a CODEUR (Comissão Técnica Permanente de Desenvolvimento Urbano), ouvido os órgãos afins, autorizada a dirimir as dúvidas, omissões, incorreções ou alterações referentes a este Decreto.

Art. 38 – As infrações dispostas neste Decreto serão punidas de acordo com o estabelecido no Capítulo V, cominado com o Capítulo VII e VIII, deste Decreto, e com o estabelecido no Título II, do artigo 239, Capítulo II, do Título VIII da Lei nº 2.122, de 14 de março de 1994, e com o estabelecido no Código Tributário de Rondonópolis.

Art. 39 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 06 de maio de 2005; 89º da Fundação
e 51º de Emancipação Política

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
No DIORONDON

ALTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Portaria

PORTARIA Nº 7.371, DE 06 DE MAIO DE 2005.

Designar os representantes para compor a JARI – Junta Administrativa de Recursos e Infrações no Município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, especialmente pela Lei Municipal nº 3.024 de 18/03/99, em conformidade com a Lei Federal 9.503/97 e resoluções do CONTRAN.

RESOLVE:

Art. 1º – Designar para compor a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações no Município de Rondonópolis, os representantes abaixo relacionados:

GLAYTON MARCUS MEIRA NUNES - Presidente
SILVIO JOSÉ BARCELOS – Vice-Presidente

Representantes dos Condutores de Veículo
IZIDORIO OLIVEIRA (Titular)
LEILA FERREIRA (Suplente)

Representantes do Órgão
SANDRA MEDEIROS GUIMARÃES (Titular)
LILIANE DZIACHAN MARQUES (Suplente)

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 06 de maio de 2005; 89º da Fundação e 51º da
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1022 - Sexta-feira, 13 de Maio de 2005

PODER EXECUTIVO

Decreto

DECRETO Nº 4.024, DE 06 DE MAIO DE 2005.

Regulamenta o art. 229, cominado com os artigos 235, 236 e 237, Capítulo I, artigo 238, §§ 7º e 8º, art. 239 do Capítulo II, do Título VIII da Lei nº 2.122, de 14 de março de 1994 (Código de Postura do Município) que dispõe sobre o exercício da atividade de comércio ambulante em área de domínio público no Município de Rondonópolis – MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais...

Considerando, o interesse do Poder Público em regulamentar as normas sobre o exercício da atividade de comércio ambulante, no Perímetro Urbano, do Município de Rondonópolis.

Considerando, a necessidade do Poder Público, em relação ao interesse local, em organizar o espaço, de modo a zelar pelo direito de ir e vir das pessoas, pela estética urbana, harmonia no trânsito, condições de limpeza e higiene, segurança e o equilíbrio ambiental;

Considerando, o fato de que o Poder Público não pode perder o visível direito que assiste aos comerciantes, legalmente estabelecidos, de gozar de concorrência justa, harmonia e que a harmonia coexistência;

Considerando, o dever da Administração Pública de preservar a saúde da população, especialmente no que tange aos aspectos higiênico-sanitários das pessoas que manipulam alimentos, dos equipamentos, instalações e/ou veículos que transportam ou produzem esses alimentos;

Considerando, o interesse do Poder Público em proporcionar aos consumidores melhores condições para aquisição de artigos, produtos e serviços de serviços de ou com qualidade;

DECRETO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O presente Decreto tem por objetivo dispor sobre as normas para o exercício da atividade de comércio ambulante, em área de Domínio Público, no Município de Rondonópolis-MT.

Art. 2º – Para efeitos deste Decreto, são aplicáveis as seguintes definições:

I. camelô: aquele (a) pessoa que vende nas ruas, em geral nas calçadas, bugiangas ou outros artigos, apregando-os de modo típico.

Expediente

Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Secretaria de Ação Social	Manoel Machado
Secretaria de Administração	Rosemar Lindo Sachetti
Sec. de Desenv.Econ.e Meio Ambiente	Gastão de Matos
Secretaria de Educação	Elio Rásia
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Professor Javert Melo Vieira
Secretaria de Finanças	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Governo	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Planejamento	Alton das Neves
Secretaria da Receita	Eugênia Lemos BarrosBárbara
Secretaria de Saúde	Edenício Avelino Santos
Sec. Transporte,Transito e Desenv. Urbano	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Procuradoria Geral do Município	João Batista de Oliveira
CODER	Adilton Pinto da Silva
DAE	Milton Luiz Araújo
Diário Oficial do Município	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
IMPRO	Luiz Antonio da Silveira Abreu
	Josemar Ramiro da Silva

II. Ambulante: vendedor ou comprador que exerce o seu comércio em logradouros públicos ou em locais de acesso franqueado ao público.

III. Logradouro público: espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, para ou estacionamento de veículos, ou a circulação de pedestres, tais como calçada, parques, áreas de lazer, rótulas, canteiros e calçadas;

IV. Calçada: parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

V. estacionamento: imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros;

VI. Trailer: rebolue ou semi-reboque tipo caixa, com duas, quatro ou seis rodas, adaptados ou adaptado à traseira de automóvel ou caminhonete, utilizado em geral em atividades turísticas como alojamento, ou para atividades comerciais.

VII. Área de circulação: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

VIII. Acostamento: parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim;

IX. Camião de mão e/ou ambulante: veículo de propulsão humana, utilizada no transporte de pequenas cargas e comércio ambulante.

X. Pista de rolamento: parte da via normalmente utilizada para a circulação de veículos, identificadas por elementos separadores ou por diferença de nível em relação às calçadas, ilhas ou aos canteiros centrais.

CAPÍTULO II DA ATIVIDADE AMBULANTE

Art. 3º – Considera-se atividade de comércio ambulante, para efeito deste Decreto, toda e qualquer forma de atividade que, regularmente licenciada, venha a ser exercida de maneira itinerante em logradouro público.

§ 1º – A atividade de comércio ambulante, constitui-se em:

- I. Contínua: a que se realiza continuamente ainda que tenha caráter periódico;
- II. Eventual: a que se realiza em dia, local e horário, conforme a natureza do evento, festejo ou regozijo público.

§ 2º – Em relação, ao disposto no Parágrafo anterior, quanto à forma pela qual a atividade é exercida, os ambulantes classificam-se em:

DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias,526
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**
Diário Oficial:Luiz Antonio da Silveira Abreu
Jornalista responsável: Coracy Lima
Home page:www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br
Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar -Qualquer Município(via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros:	
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

I. Efetivos: os que exerçam suas atividades carregando junto ao corpo sua mercadoria ou equipamento e em circulação, respeitados os locais permitidos pela Secretaria Municipal de Receita, segundo critérios de estética e funcionalidade do meio urbano local.

II. De ponto móvel: os que exerçam suas atividades com auxílio de veículos automotivos, de propulsão humana e/ou similares, ou, ainda, equipamentos desmontáveis e removíveis, em modelos fixados segundo critérios de estética, funcionalidade e segurança urbana, parando em locais permitidos pela Secretaria Municipal de Receita, nas vias e logradouros públicos, observadas as especificações definidas em lei e neste decreto, no que diz respeito ao equipamento;

III. De ponto fixo: os que exerçam sua atividade em barracas removíveis, em locais designados e com equipamentos previamente determinados pelo Poder Público, segundo critérios de estética, funcionalidade e segurança urbana, observadas as especificações definidas em lei e neste decreto, no que diz respeito ao equipamento.

Art. 4º - Quanto à forma, os ambulantes efetivos, os de ponto móvel e os de ponto fixo poderão comercializar produtos alimentícios e não alimentícios adquiridos legalmente.

§ 1º - A comercialização de produtos alimentícios, a que se refere o "caput" deste artigo, será exercida, desde que previamente licenciada, observando as especificações contidas em lei, neste decreto e normas da Vigilância Sanitária.

§ 2º - A comercialização de produtos não alimentícios, a que se refere o "caput" deste artigo, será exercida, desde que previamente licenciada, observando as especificações contidas em lei e neste decreto.

Art. 5º - São considerados vendedores ambulantes:

I. todos aqueles que, transportando os produtos e/ou mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer meio adequado, os (as) vendam ao público consumidor pelos lugares do seu trânsito;

II. Todos aqueles que, fora das feiras livres municipais ou locais legalmente estabelecidos pelo Poder Público (shoppings populares), estejam em pontos demarcados e/ou autorizados do Logradouro Público e, vendam mercadorias, artigos e/ou produtos que transportem, utilizando na venda meios próprios ou outros que, à sua disposição, sejam autorizados;

III. Todos aqueles que, transportando os seus produtos e mercadorias em veículos, neles efetuem a respectiva venda, que pelos lugares do seu trânsito, quer em locais fixos demarcados pela Secretaria Municipal de Receita;

IV. Todos aqueles que, utilizando de veículos automotivos ou reboques, neles confeccionem, no Logradouro Público, em locais e horários determinados pela Secretaria Municipal de Receita, refeições ligeiras ou produtos comestíveis preparados de forma tradicional.

Art. 6º - É expressamente proibido, em Logradouro Público o exercício de comércio ambulante, sem estar previamente licenciado.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedado ao ambulante, previamente licenciado, exercer a atividade de comércio ou prestação de serviço, fora dos horários e locais estabelecidos e/ou demarcados.

Art. 7º - Em relação ao disposto no "caput" do artigo anterior, é vedada, no exercício da venda ambulante, a atividade de comércio por atacado.

Art. 8º - Para fins deste decreto, desde que previamente licenciados, os ambulantes poderão exercer suas atividades, nos seguintes locais:

I. Áreas de atuação: os bairros onde a atividade for regulamentada;

II. Praça de atuação e ruas de atuação: os logradouros e vias públicas onde a atividade for regulamentada;

III. Bolsões de comércio (Shopping Popular): áreas de comercialização com real viabilidade econômica para sua implantação pela Prefeitura, com infra-estrutura adequada, dotada de equipamentos instalados lado a lado ou separadamente, que atendam objetivo turístico e urbanístico do local e da cidade;

IV. Bolsões lineares: áreas de comercialização com reais viabilidades econômicas, que poderão ser implantadas em ruas ou praças, dotadas de equipamentos padronizados e individuais.

Art. 9º - Depois de escolhidas as áreas de atuação e, em cada uma, as praças e ruas de atuação, os pontos móveis e fixo serão identificados por códigos numéricos, que serão estabelecidos a critério da Secretaria Municipal de Receita, ouvido órgãos afins.

Parágrafo Único - Quanto à forma, os ambulantes de fixo e móvel, estabelecidos em locais demarcados e identificados por códigos numéricos, somente poderão exercer suas atividades no horário especificado no Alvará de Licença.

SEÇÃO I DOS REQUISITOS

Art. 10 - A atividade de comércio ambulante, somente poderá ser exercida por pessoas que demonstrarem a necessidade de seu exercício, desde que observadas as diretrizes definidas em lei, neste decreto e, ainda, segundo os critérios:

I. comprovação de tempo de serviço na atividade ambulante;

II. Prova de residência e domicílio em Rondonópolis, pelo menos há 12 (doze) meses;

III. Idade e condição de saúde do vendedor ambulante;

IV. Renda familiar;

SEÇÃO II DA EXPLORAÇÃO

Art. 11 - A atividade de comércio ambulante, que será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Receita, poderá ser explorada:

I. sem uso de instalações ou veículos;

II. Com uso de instalações ou veículos removíveis após o horário de trabalho;

III. Com veículos automotores, quando se tratar de "trailer" ou utilitários.

Parágrafo Único - Os equipamentos e veículos tratados neste artigo obedecerão aos padrões previamente aprovados pela Prefeitura Municipal.

SEÇÃO III DA INCUMBÊNCIA

Art. 12 - Aos autorizados para o exercício de atividade de comércio e prestação de serviço ambulante incumbe:

I. submeter à aprovação das Secretarias e órgãos afins o equipamento a ser utilizado;

II. Comercializar somente os artigos, produtos e serviços que atendam às necessidades de abastecimento do local a que se destinam, cabendo à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento Geral, Receita, e a vigilância sanitária, defini-las;

III. Portar sempre toda a documentação exigida pela municipalidade devendo apresentá-la aos órgãos competentes de fiscalização, sempre que exigida;

IV. Apresentar-se convenientemente uniformizado durante o atendimento ao público, com o respectivo crachá de identificação padronizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento Geral, de Receita, e pela vigilância sanitária;

V. responsabilizar-se pelos resíduos ou invólucros dos produtos de sua comercialização;

VI. Efetuar a limpeza no local autorizado antes e depois do horário de funcionamento;

VII. Afixar no equipamento o preço dos serviços ou produtos;

VIII. Submeter à apreciação e aprovação da Fiscalização de Posturas, da Secretaria Municipal de Receita a propaganda a ser fixada no equipamento, que deverá, em qualquer caso, referir-se apenas ao produto ou prestação de serviço;

IX. Dispor de coletores de lixo, cujo tipo, números e localização serão determinados pelo órgão responsável pela limpeza urbana;

X. responsabilizar-se pela limpeza do entorno de seu equipamento, de acordo com lei e horário definido pelos órgãos responsáveis, pela concessão da licença;

SEÇÃO IV DOS AMBULANTES EFETIVOS

Art. 13 - Conforme o disposto no inciso I, Parágrafo 2º do artigo 3º, deste Decreto, fica expressamente proibido aos ambulantes efetivos:

I. utilizar equipamento ou veículo que não esteja autorizado;

II. Deixar de remover o equipamento ou veículo ao final do horário estabelecido;

III. Deixar de zelar pela limpeza e higiene do entorno do local de trabalho;

IV. Comercializar artigos, produtos e/ou serviços em locais não permitidos;

V. comercializar artigos, produtos e/ou serviços "similares" nas proximidades de comércio estabelecido em desacordo com o estabelecido no Alvará de Licença.

SEÇÃO V DOS AMBULANTES DE PONTO MÓVEL

Art. 14 - Conforme disposto no inciso II, Parágrafo 2º do artigo 3º, deste Decreto, fica expressamente proibido aos ambulantes de ponto móvel:

I. trabalhar fora dos locais, e horários previamente estabelecidos e demarcados pelo órgão municipal competente, quando da emissão do Alvará de licença;

II. Dispor ou comercializar artigos, produtos e serviços, diversos daquele para qual foi licenciado;

III. Utilizar equipamento ou veículo que não esteja autorizado;

IV. Deixar de remover equipamento ou veículo findo o horário de funcionamento para o qual foi licenciado;

V. dispor equipamento e/ou estacionar veículo na pista de rolagem, calçada, calçadas, rótulas e canteiros centrais, sem estar devidamente licenciado;

VI. Comercializar artigos, produtos ou serviços nas proximidades de comércio estabelecido, em desacordo com o estabelecido no Alvará de Licença.

VII. Obstruir a passagem de transeunte em Logradouro Público, desrespeitando a distância mínima livre de 1,50m (um metro e meio);

SEÇÃO VI DOS AMBULANTES DE PONTO FIXO

Art. 15 - Conforme disposto no inciso III, Parágrafo 2º do artigo 3º, deste Decreto, fica expressamente proibido aos ambulantes de ponto fixo:

I. trabalhar fora dos locais e horários previamente estabelecidos e demarcados pelo órgão municipal competente, quando da emissão da licença;

II. Ausentar-se do ponto por prazo superior a 15 (quinze) dias consecutivos, salvo motivo de doença comprovada;

III. Vender, transferir ou ceder o espaço designado para si, a outra pessoa;

IV. Deixar de remover o equipamento do local findo o horário de funcionamento designado para tal;

V. deixar de remover, sempre que for solicitado, o equipamento e/ou veículo e demais pertencentes, quando solicitado pela fiscalização;

VI. Deixar de afixar no equipamento o preço dos serviços ou produtos;

VII. Não submeter à apreciação do órgão municipal competente a propaganda a ser fixada no equipamento, que deverá, em qualquer caso, referir-se apenas ao produto ou prestação de serviço;

VIII. Não dispor de coletores de lixo, cujo tipo, números e localização serão determinados pelo órgão municipal responsável pela limpeza urbana;

IX. Deixar de manter antes e depois do horário de funcionamento a ordem, a limpeza e conservação no entorno do local autorizado.

X. dispor equipamento e/ou estacionar veículo na pista de rolagem, calçada, calçadas, rótulas e canteiros centrais;

XI. Comercializar artigos, produtos ou serviços "similares", nas proximidades de comércio estabelecido, em desacordo com o estabelecido no Alvará de Licença;

XII. Obstruir a livre passagem de transeunte, em Logradouro Público, desrespeitando a distância mínima de 1,50m (um metro e meio);

SEÇÃO VII DA COMPETÊNCIA

Art. 16 - Compete à fiscalização de Obras e Posturas: vistoriar e fiscalizar o uso autorizado, e caso seja constatada alguma irregularidade, poderá determinar a suspensão imediata da atividade de comércio e prestação de serviço ambulante, quanto à forma, de caráter efetivo, de ponto móvel, e de ponto fixo.

§ 1º - Em caso de cassação de alvará sanitário, expedido pelo órgão municipal competente, e o envio da informação à Secretaria Municipal de Receita, será cassado o Alvará de Funcionamento.

§ 2º - Fica facultado ao Poder Público, quando entender necessário, conveniente ou mediante motivação e comprovação através de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, suspender o alvará de licença de qualquer uma das formas, de atividade de comércio e serviço ambulante.

CAPÍTULO III DO LICENCIAMENTO AMBULANTE

Art. 17 - O Exercício da atividade de comércio e serviço ambulante dependerá de prévio licenciamento da Prefeitura Municipal, sujeitando-se o ambulante ao pagamento da taxa correspondente, estabelecida no Código Tributário Municipal e outras pertinentes.

§ 1º - Nenhum vendedor ambulante poderá exercer suas atividades no Município sem a respectiva licença.

§ 2º - O Alvará de Licença para Localização e Funcionamento da atividade ambulante a ser expedido pela Secretaria de Receita, quanto à natureza do artigo, produto ou serviço, será precedido da licença emitida pela vigilância sanitária.

§ 3º - A licença para o comércio ambulante é individual, intransferível e exclusivamente para o fim a que foi destinada, no caso de atividade ambulante de caráter "contínuo", ou de duração do evento, no caso de atividade de caráter "eventual".

§ 4º - A licença para o comércio ambulante deverá estar sempre disponível para a apresentação, pelo seu titular, à fiscalização sob pena de multa e apreensão.

Art. 18 - A licença para o comércio ambulante será expedida após a avaliação do cumprimento da legislação específica, mediante requerimento da parte interessada.

§ 1º - Da licença constarão os seguintes elementos essenciais, além dos determinados pelo órgão competente:

I. identificação do ambulante;

II. Ramo da atividade licenciada;

III. Local e horário permitidos para o exercício da atividade de comércio e serviço ambulante;

IV. Validade da licença;

§ 2º - o horário máximo permitido, será aquele estabelecido pelo órgão competente, e especificado no Alvará de Licença.

Art. 19 - quanto à forma, e de caráter "contínuo", a licença para atividade ambulante de ponto móvel, e de ponto fixo terá validade até o dia 31 de dezembro de cada ano, e estipulará o local e horário de funcionamento do ramo de negócios de seus titulares.

§ 1º - A licença a que se refere o "caput" deste artigo, será suspensa, cassada e/ou renovada ou não a critério ou conveniência da Prefeitura.

§ 2º - Caso a Prefeitura opte pela renovação da licença, esta deverá ser requerida até o dia 31 de março de cada ano, devendo ser apresentados os mesmos documentos quando da primeira expedição, inclusive quanto à natureza do artigo, produto e/ou serviço, precedida da licença emitida pela vigilância sanitária.

Art. 20 - quanto à forma, e de caráter "eventual", a licença para atividade ambulante "eventual", denominada "espel" terá validade conforme a natureza do artigo, produto ou serviço, e o horário de funcionamento e do ramo de negócios de seus titulares.

Parágrafo Único - A licença a que se refere o "caput" deste artigo será renovada ou não, a critério ou conveniência da Prefeitura.

Art. 21 - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício de atividade sujeita à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder a qual somente e se restituída mediante requerimento, e após o pagamento da multa correspondente.

Parágrafo Único - Todo vendedor ambulante deverá cumprir as disposições constantes deste Decreto e legislação específica, a atividade, cada produto licenciado, e respectivo equipamento sob pena de multa, apreensão das mercadorias e equipamento, suspensão e cancelamento da licença.

SEÇÃO VIII DOS REQUISITOS PARA EMISSÃO DA LICENÇA

Art. 22 - Não será licenciado atividade de comércio ambulante de:

I. alimento preparado no local, quando os equipamentos, as instalações e o próprio alimento forem considerados impróprios pela autoridade competente e vigilância sanitária;

II. Árvores frutíferas, ornamentais ou nativas, pássaros e outros animais - sem a anuência do órgão ambiental competente;

III. Inflamável, explosivo ou corrosivo;

IV. Outros artigos que, a juízo do órgão competente, oferecem perigo à saúde pública ou possam apresentar quaisquer inconvenientes à moral, bons costumes e ao sossego público.

Art. 23 - Poderá ser concedida licença para o comércio e serviços ambulante das seguintes atividades:

I. alimentação preparada, desde que formalizado e obtido parecer favorável do órgão municipal competente, e da vigilância sanitária, observado dentre outros critérios, o horário e local estabelecido e demarcado, quando da emissão do Alvará de Licença.

II. Venda a domicílio e estacionário de mercadoria previamente liberada pelo órgão municipal competente;

III. Venda de produto alimentício, desde que procedente de fábrica registrada e licenciada pelo órgão competente da saúde pública;

IV. Venda de frutas e verduras, desde que esteja devidamente acondicionada, e não prejudique a limpeza de Logradouro Público;

V. venda de balas, bombons e congêneres;

VI. Prestação de outros serviços, a venda de outros artigos e produtos ou mercadorias não especificadas nesta seção, desde que previamente licenciados, após parecer técnico favorável dos órgãos municipais competentes.

VII. A venda de lanches e refrigerantes mediante o uso de trailer, reboque, carrinho de mão, desde que estacionados no acostamento da via de circulação, ou em local e horário de funcionamento estabelecido e demarcado para tal.

SEÇÃO II DA CASSAÇÃO DA LICENÇA

Art. 24 - Conforme disposto no artigo anterior, não será concedida licença e/ou esta será revogada, caso o ambulante esteja em desacordo com as normas constantes neste Decreto e na licença emitida.

Art. 25 - A licença, denominada Alvará de localização e funcionamento, será revogada quando os ambulantes não obedecerem às normas constantes deste Decreto e demais leis pertinentes ao assunto, podendo, inclusive, serem apreendidas pela fiscalização as mercadorias, equipamentos e veículos.

§ 1º - Quando na via pública, se não portarem no ato da vistoria fiscal, a respectiva licença:

I. veículos utilizados no comércio ambulante, não portar em local visível a licença para o funcionamento e, os nomes completos de seus integrantes, que poderão se associar à entidade da classe à qual pertençam, e estar devidamente uniformizados, inclusive portando o respectivo crachá;

II. Quaisquer objetos utilizados como meio de propagação.

§ 2º - objetos e mercadorias, em qualquer caso, desde que:

I. o detentor não exibir à Fiscalização de Posturas documento que comprove sua origem e que por Lei ou regulamento deve acompanhar o material apreendido;

II. Quando estiverem sendo comercializados em local e horário não estabelecidos na licença.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES E LIMITAÇÕES

Art. 26 - Os vendedores ambulantes ficam obrigados a:

I. apresentar-se devidamente limpos e vestidos, conforme estabelecido;

II. Manter utensílios, equipamentos, veículos e objetos utilizados nas vendas em rigoroso estado de asseio, higiene e conservação, primando pela estética urbana;

III. Manter limpa a área num raio de 10m (dez metros) do local autorizado, portando recipiente adequado para o recolhimento do lixo leve.

CAPÍTULO V DAS PROIBIÇÕES

Art. 27 - É proibido ao vendedor ambulante:

I. vender bebida alcoólica para menores de 18 (dezoito) anos, principalmente fora do horário e local determinado;

II. Estacionar em local que prejudique o trânsito de veículo ou de pedestre, ou de comércio estabelecido (similar), praticando concorrência desleal e prejudicando a estética da cidade;

III. Estacionar a menos de 20m (vinte metros) do cruzamento ou em pontos que possam perturbar a visão dos motoristas;

IV. Estacionar em frente aos pontos de parada de coletivo, orelhão e prédios públicos, respeitando a distância mínima de 15m (quinze metros);

V. localizar-se na direção de passagem de pedestre, devendo respeitar na calçada a largura mínima de 1,50m (um metro e meio) livre, para passagem do transeunte;

VI. Apregoar mercadorias em voz alta, ou através de equipamentos que produza sons e ruídos acima dos decibéis permitidos pela ABNT, ou ainda constranger ou molestar transeunte com oferecimento de amostra de produto posto à venda;

VII. Ingressar em veículo de transporte coletivo para efetuar a venda de produto;

VIII. Exercer atividade diversa da licenciada, ou sem licença;

IX. Transferir e deixar o equipamento estacionado, no local autorizado para tal, após findo o horário de funcionamento estabelecido na licença;

X. Usar veículo de cor, banca e demais equipamentos que não estejam de acordo com o modelo aprovado pelo órgão municipal competente;

XI. Alterar o modelo de equipamento aprovado pelo órgão municipal competente;

XII. Utilizar caixa, caixote, assento ou similar nas proximidades do equipamento licenciado;

XIII. O contato direto com gênero de ingestão não acondicionado;

XIV. Uso de fogareiro, exceto quando previsto no equipamento padronizado no órgão municipal competente;

XV. Usar copos, pratos ou talheres em desacordo com as normas e critérios estabelecidos pela vigilância sanitária;

XVI. Estacionar veículos, previamente autorizados, ou dispor artigos e produtos sobre calçadas, calçadas, rótulas, ilhas e canteiros centrais;

XVII. Causar danos ou utilizar para expor mercadorias árvores e plantas ornamentais, nas praças, parques, jardins, canteiros, calçadas, calçadas, rótulas e ilhas.

XVIII. Fazer fogo fora dos equipamentos permitidos, ou dos locais e horários previamente demarcados;

XIX. Promover algazarras ou outras atitudes que possam perturbar a tranquilidade de pessoas;

XX. Praticar fixação de quaisquer cartazes, placas ou faixas, sem autorização do órgão municipal competente;

XXI. Praticar atos que firam o decoro público, ou sejam, atentatórios à moral e aos bons costumes;

XXIII. Depredar, danificar ou causar ato de vandalismo à sinalização existente, assim como a qualquer outro bem do patrimônio público.

XXIV. Consentir e/ou praticar convivência em relação à perturbação à ordem e ao sossego público, principalmente no que diz respeito à emissão de ruídos e sons, especificamente aqueles produzidos por clientes ou não, mas que estejam nas proximidades do seu local de trabalho.

XXV. Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios públicos, bem como o acesso ou exposição dos estabelecimentos comerciais ou lojas de venda ao público;

CAPÍTULO VI PADRONIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

Art. 28 - A padronização para o comércio ambulante de alimentos, seguirá as seguintes normas:

I. mediante o uso de trailer, utilitário ou carinho de m;

II. Tabuleiros adequados, com dimensão de 1,00m x 0,60m;

III. Recipientes adequados, destinados a recolher os resíduos e os envoltórios;

IV. Cestas, caixas envidraçadas, pequenos recipientes térmicos e outros meios que sejam aprovados pelo órgão de Vigilância Sanitária;

V. o veículo deve ser na sua totalidade da cor branca salvo os forros, bancos, painel e logotipos;

VI. Os uniformes (calça, bermuda, camisa, jaleco, boné, sapato e luvas), na cor branca;

VII. Os implementos a que se refere o acima mencionado devem ser mantidos em boas condições de higiene e de conservação;

IX. Os produtos alimentícios e bebidas só poderão ser dados ao consumo, quando oriundos de estabelecimentos industriais registrados no órgão competente e acondicionados em invólucros ou recipientes devidamente rotulados;

X. a licença deverá estar fixada em local visível e, de fácil acesso à fiscalização;

XI. o proprietário da licença deverá permanecer sempre no local com sua respectiva credencial;

Art. 29 - Os veículos de qualquer espécie, desde que autorizados, destinados à venda de alimentos de consumo imediato, deverão ter recipiente de lixo neles fixados ou colocados no solo, ao seu lado, de metal, plástico ou qualquer outro